

A GRANDE IMPRENSA COMO CONTRAPODER EM POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA PARTICIPAÇÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

THE MAINSTREAM PRESS AS A WATCHDOG IN FOREIGN POLICY: THE CASE OF VENEZUELA'S PARTICIPATION IN MERCOSUR

Leandro Almeida Lima¹

Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo analisa os posicionamentos editoriais da grande imprensa escrita brasileira, representada pelos jornais de maior circulação diária no Brasil (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), diante da trajetória da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), entre 2006 e 2017. A análise tem como fim elucidar em que medida estes veículos atuaram como um agente de contrapoder (ou *watchdog*) diante do posicionamento oficial dos governos em dois processos políticos-chave, que foram a adesão venezuelana e, posteriormente, a imposição de sanções contra o país. O artigo se vale de premissas e conceitos-chave da Análise do Discurso Francesa, como o interdiscurso, que dota a linguagem de significado à luz das relações de aliança e conflito que os discursos estabelecem entre si. É sob esta perspectiva que a análise concluiu que “*O Estado de S. Paulo*” e “*O Globo*” não impuseram discurso pautado pelo contrapoder, tendo alternativamente se filiado à corrente ideológica adepta dos princípios do regionalismo aberto. A “*Folha de S. Paulo*”, por sua vez, apresentou um padrão de posicionamento distinto ao se manter fiel ao regionalismo aberto, ao mesmo tempo em que mobilizou seus elementos para se opor ao governismo, nos dois momentos analisados da trajetória venezuelana pelo MERCOSUL.

Palavras-chave: MERCOSUL. Contrapoder. Venezuela. Análise do Discurso.

Abstract: The article analyses the editorial stances of the Brazilian mainstream written press, represented by newspapers with the greatest daily circulation in Brazil (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, and *O Globo*), in relation to Venezuela's trajectory in the Southern Common Market (MERCOSUR), between 2006 and 2017. The analysis aims to elucidate the extent to which these media outlets performed as a counter-power agent (or *watchdog*) towards the official government stance in two key political processes, which were the Venezuelan accession and, later, the imposition of sanctions against the country. The article is based on key premises and concepts of the French Discourse Analysis, such as the inter-discourse, which sees the meaning of language in light of the relations of alliance and conflict that discourses establish among themselves. It is from this perspective that the analysis concluded that *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* did not put forward a counter-power discourse, having joined the ideological stream that adhered to the principles of open regionalism. *Folha de S. Paulo*, in contrast, showed a distinct pattern of positioning by remaining aligned with open regionalism while at the same time mobilising its elements to oppose the incumbent government in the two moments of analysis of Venezuela's trajectory in MERCOSUR.

Key-words: MERCOSUR. Watchdog. Venezuela. Discourse Analysis.

Recebido: 31/03/2021

Aprovado: 23/07/2021

DOI: 10.29327/252935.13.1-7

¹ leandro.almeida.lima@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9076-0393>

Considerações iniciais

A imprensa é um ator político chave nas sociedades democráticas contemporâneas devido à capacidade de influenciar segmentos do debate público ao influir no agendamento de quais tópicos serão discutidos e também nos termos em que o debate ocorrerá (Gitlin, 1980; Iyengar & Kinder, 1987; McCombs & Shaw, 1972; Scheufele & Tewksbury, 2007; Tuchman, 1978), além de intervir ativamente no processo de formulação de políticas (Soroka et al., 2012).

Um papel central atribuído aos meios de comunicação por parte da literatura, pela sociedade e pela própria imprensa é o de contrapoder ou de supervisor (*watchdog*, cão de guarda) dos governos de turno, um Quarto Estado (em referência aos estamentos medievais) ou Quarto Poder (em adição ao Executivo, Judiciário e Legislativo). Como melhormente analisado adiante, o contrapoder também pode ser concebido como uma ideologia em si próprio, que se manifesta por discursos de oposição ao governo de turno. A consolidação da democracia de massas solidificou o enquadramento dos meios de comunicação como supostos guardiães do interesse público e da sociedade diante dos governos, em uma perspectiva de desconfiança em relação ao poder (Traquina, 2012) e supervisão crítica ao incumbente, idealmente qualquer que seja ele.

A hipótese do contrapoder ou da politização da imprensa, que já vinha sendo avaliada para temas de política doméstica e corridas eleitorais (Albuquerque, 2000; Aldé et al, 2007; Feres et al., 2015; Rubim & Colling, 2006), ainda é pouco abordada em temas de política externa brasileira apesar de a literatura apontar a crescente pluralização de atores desde a redemocratização (Casarões, 2012; Milani & Pinheiro, 2013; Faria, 2008). Portanto, é diante desta ausência que este artigo ambiciona contribuir.

Apesar de temas internacionais geralmente não despertarem debate público no Brasil, há os que se destacam em razão de suas dimensões econômicas e políticas únicas, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o mais importante projeto em integração regional do país e que, por isso, provoca a mobilização de agentes políticos e econômicos em torno de si. A grande imprensa naturalmente não deixaria de expressar suas avaliações a cada passo de desenvolvimento institucional do bloco. Uma de suas últimas grandes etapas foi o controverso processo de alargamento, com a entrada da Venezuela na organização, em 2012, e as sanções a ela impostas, em 2016 (suspensão por não incorporar normas do bloco) e em 2017 (suspensão por violar o compromisso democrático previsto no Protocolo de Ushuaia).

Este artigo avalia os posicionamentos dos grandes jornais brasileiros, pela ótica do contrapoder, para o caso da trajetória venezuelana no MERCOSUL. Analisam-se os editoriais de *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* à luz de seus apoios e críticas ao discurso político oficial ao longo dos diferentes momentos e posições do Brasil acerca da trajetória venezuelana, entre a assinatura do protocolo de adesão, em 2006, e as sanções impostas a Caracas, em 2016 e 2017. O recorte destes jornais se justifica por serem aqueles de maior circulação diária² no Brasil (excluídos os tabloides), o que é indicativo de sua representatividade como agentes centrais da grande imprensa tradicional brasileira (Associação Nacional de Jornais, 2015).

A escolha do editorial, especificamente, em detrimento de outros formatos (como a notícia) se justifica pelo fato de que aquele é um gênero essencialmente argumentativo e, portanto, comparável aos demais discursos políticos analisados. Ademais, o editorial é o gênero responsável pelo diálogo dos veículos com as esferas de poder (Melo, 2003) e mesmo a dimensão simbólica da imprensa (Charaudeau, 2015), o que é pertinente, nesse caso, pela consideração dos veículos como participantes ativos do embate político e discursivo.

A análise dos dois momentos é central, já que o posicionamento de Brasília em relação a Caracas não foi constante: a postura essencialmente favorável ao ingresso venezuelano nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foi sucedida pela rigidez do governo Michel Temer. A comparação entre os dois períodos permitirá responder à indagação de que em qual medida a imprensa se posicionou discursivamente como um contrapoder em política externa, colocando-se em uma posição adversária aos governos de turno.

A natureza da relação da grande imprensa com as forças políticas será aqui apreendida a partir de uma perspectiva discursiva, particularmente a de tradição francesa. Isto significa, entre outras implicações, que a linguagem não é entendida como algo transparente: palavras, frases e textos não possuem significação em si mesmas, mas sim à luz das batalhas ideológicas por seu sentido e do interdiscurso, ou seja, das relações de aliança e conflito que discursos estabelecem com outros discursos: neste caso, as relações entre discursos editoriais e o discurso político oficial.

Entendendo o contrapoder como uma modalidade de manifestação ideológica – ou seja, da ideologia propagada pela imprensa da importância e do papel de sua imparcialidade como agente

² Apesar de os dados de acessos aos endereços eletrônicos serem mais representativos da relevância dos jornais na atualidade, a mensuração precisa e confiável destes dados exigiria a contratação de serviços especializados (como o Instituto Verificador de Comunicação). As ferramentas verificadoras à disposição gratuitamente não apresentam a confiabilidade necessária e, desta forma, optou-se por aferir a circulação da versão impressa à época.

político de supervisão (a ideologia é um fenômeno inescapável para a Análise do Discurso, não havendo agentes políticos isentos de ideologia) – verificar-se-á em que medida os veículos se mantiveram fiéis a esta ideologia ou se alinharam às correntes ideológicas em disputa no cenário político, relegando a segundo plano o papel de contrapoder e as formações discursivas dele decorrentes.

1. A análise discursiva francesa

Existem muitas formas de se estudar a linguagem, já que esta é uma empreitada que mobiliza esforços, notavelmente interdisciplinares, como a Análise do Discurso. O artigo se fundamenta especificamente em premissas da perspectiva discursiva francesa. Esta linha inovou, questionando a ideia de que os enunciados (frases, falas) adquirem sentidos apenas em suas próprias características gramaticais (Pêcheux, 1990; Authier-Revuz, 2004; Maingueneau, 2015). A análise discursiva francesa incorpora novos elementos, como o papel da ideologia em pautar os discursos e disputar o sentido das palavras, o contexto e a dotação de significação apenas à luz das relações que os enunciados travam entre si.

A constatação de que as palavras não têm sentido apenas em si mesmas tem relação direta com as ideologias já que elas se valem da linguagem para disputar e impor seus próprios sentidos a cada palavra. Pêcheux e Fuchs (1975) afirmam que os sujeitos enunciadores (indivíduos ou instituições como os jornais, no caso deste artigo) são interpelados pelas ideologias e se tornam porta-vozes delas ainda que inconscientemente. Em outros termos, são as chamadas formações ideológicas (conjunto de atitudes e representações sociais) que pautam os discursos – o discurso é a dimensão material da ideologia, “em outras palavras, as espécies discursivas pertencem, em nossa opinião, a um gênero ideológico” (Pêcheux & Fuchs, 1975, p. 11). A ideologia impõe limites do que pode e deve ser dito no discurso em dada conjuntura.

Além da disputa ideológica pelo sentido das palavras na arena da linguagem, outro aspecto chave é a existência de sujeitos e de interlocutores, além de que o discurso não é somente um conjunto de frases ou representação de algo, mas também uma forma de ação sobre o outro que implica em interatividade. Neste sentido, o discurso somente poderia ser compreendido no interior de práticas discursivas mais amplas, sobretudo, o conjunto de outros discursos que dialogam com ele (Maingueneau, 2015).

É neste quadro que surge a noção central para a Análise do Discurso Francesa de interdiscurso, que, para Maingueneau (1996), é conceituado essencialmente como o conjunto de outras unidades

discursivas com as quais um discurso entra em relação. O conceito também é chave para outros autores: enquanto Pêcheux (1990, p. 314) nota que existem “pontos de confronto polêmico que se trava nas suas fronteiras internas [da formação discursiva]”, Courtine (1982) defende que o interdiscurso deve também ser concebido como um processo incessante de reconfiguração do discurso segundo suas relações com elementos de outros discursos. O conceito é tão importante que se estabeleceu a noção de que ele se insere na própria constituição do discurso, havendo o “primado” do interdiscurso sobre o próprio discurso (Maingueneau, 2015).

As noções de ideologia e interdiscurso são lentes-chave pelas quais a análise da imprensa brasileira em relação ao posicionamentos oficiais sobre a trajetória venezuelana no MERCOSUL serão aqui consideradas. Destaca-se a revelação do lugar da grande imprensa em meio à disputa ideológica pelo sentido do regionalismo e do padrão de relação discursiva de aliança e conflito estabelecido com governos de diferentes matizes ideológicas. Isto abre caminho à reflexão da atuação da imprensa como porta-voz de sua própria ideologia de contrapoder ou, alternativamente, se esta ideologia cede lugar para as ideologias correntes no debate político, inserindo a imprensa como um agente que se vale de um discurso de contrapoder com o fim de, em realidade, alinhar-se a um campo particular do embate político.

2. O discurso oficial brasileiro para a Venezuela no MERCOSUL

O primeiro passo para estabelecer a relação discursiva entre a grande imprensa e o poder político incumbente é compreender o discurso dos diferentes governos ao longo do período analisado sobre a trajetória da Venezuela pelo MERCOSUL, desde o início de seu processo de adesão, em julho de 2006 (assinatura do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL), até a imposição das últimas sanções em agosto de 2017 (suspensão por violar o compromisso democrático assumido ante o Protocolo de Ushuaia).

Neste sentido, conforme apresentado no Quadro 1, o *corpus* de material empírico abrange uma mensagem presidencial ao Congresso Nacional, na qual o Protocolo de Adesão é apresentado para avaliação parlamentar, e quatro notas oficiais posteriores do Ministério de Relações Exteriores (manifestações dedicadas a quaisquer outros temas do MERCOSUL ou apenas da situação política doméstica venezuelana foram desconsideradas).

Quadro 01: Corpus 1: discursos incumbentes

Documento	Autor	Data
Mensagem 82/2007 de apresentação ao Congresso Nacional do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela	Poder Executivo	22/02/2007
Nota 296 “Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL”	Ministério das Relações Exteriores	13/08/2016
Nota 337 sobre a aprovação da “Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela”	José Serra, Ministro das Relações Exteriores	13/09/2016
Nota 255 “Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL”	Ministério das Relações Exteriores	05/08/2017
Nota 262 “Venezuela: o MERCOSUL rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática”	Ministério das Relações Exteriores	12/08/2017

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em endereços eletrônicos da Câmara dos Deputados e do MRE. (Poder Executivo, 2007; Ministério das Relações Exteriores, 2016a, b, 2017a, b)

O primeiro elemento-chave de materialidade linguística do discurso oficial é o que inaugura o debate político no Congresso Nacional: a Mensagem Presidencial 82/2007, na qual o Executivo, liderado à época por Luiz Inácio Lula da Silva, submeteu à apreciação legislativa, em 26 de janeiro de 2007, o protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. A mensagem é particularmente relevante por conter a exposição do posicionamento e das justificativas oficiais governistas, mas principalmente por ser o discurso que servirá de base para as demais narrativas políticas e, inclusive, os próprios discursos editoriais.

A Mensagem Presidencial 82 inclui uma série de documentos referentes ao ingresso venezuelano (como normas do bloco e o próprio Protocolo de Adesão), destacando-se a Exposição de Motivos 00453, do Ministério das Relações Exteriores, em que se delinea o posicionamento oficial brasileiro no tema. Apesar de sintético, é um documento revelador para a compreensão do cerne argumentativo deste discurso, já que enquadra a adesão venezuelana como uma oportunidade na esfera econômica e o fortalecimento do MERCOSUL. Este será um elemento central e recorrente do discurso oficial neste momento, que a todo o momento serão mobilizados.

Economicamente, a Exposição de Motivos enfatiza a magnitude a ser atingida pelo MERCOSUL com a incorporação da Venezuela, já que o bloco alcançaria um novo patamar em termos de população, extensão geográfica, volume de transações comerciais, PIB e representatividade na produção mundial de alimentos, energia e manufaturados.

A importância venezuelana ainda se daria em uma dimensão não puramente econômica, uma vez que o adensamento das relações e a extensão do MERCOSUL à região setentrional do continente são colocados como um novo passo em direção ao desenvolvimento dos países membros. A mensagem postula que o ingresso venezuelano “contribuirá para a consecução da meta de promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social, proporcionando melhores condições de vida para as populações dos Estados Partes” (Poder Executivo, 2007, p. 2).

Este elemento é ilustrativo de uma das ideologias correntes, disputando o sentido da integração regional, segundo a qual deveria haver a superação de valores e práticas do regionalismo aberto. Esta última modalidade de regionalismo foi compreendida na América Latina, ao longo da década de 1990, como um esquema de integração econômica regional confiante nos benefícios da liberalização comercial e no seu papel de impulsionar maior participação na economia global (Phillips, 2003), deixando a integração de ser um instrumento de protecionismo para se tornar um de abertura comercial (Mariano, 2015).

A Mensagem revela que a ascensão de Lula à presidência trouxe consigo o questionamento do conjunto de valores e prioridades do tradicional regionalismo aberto. É uma nova formação discursiva que se impõe sobre o discurso oficial, reajustando o sentido de regionalismo de forma a provocar a emergência de preocupações mais abrangentes como o desenvolvimento social e a redução de desigualdades em detrimento da então priorização política de critérios majoritariamente econômicos e comerciais.

Ainda que a superfície textual do tratado fundador e de protocolos subsequentes expressassem a preocupação com os temas extraeconômicos, a literatura em Relações Internacionais aponta que o efetivo fortalecimento da agenda social ocorreu com a instauração do chamado regionalismo pós-hegemônico (Corrêa, 2015; Sanahuja, 2009). Mesmo que seja uma manifestação já esperada pelo discurso governista à época, é digna de nota em razão do embate ideológico que despertará tanto com demais agentes políticos quanto com o discurso editorial. Isto de nenhuma maneira foi um ponto pacífico nas relações interdiscursivas em torno do tema.

Além do aspecto econômico e social, o discurso oficial procurou mitigar as polêmicas da política doméstica venezuelana, sobretudo as acusações de detratores sobre o comprometimento democrático do país (como a decisão do ex-presidente Hugo Chávez de não renovar a concessão da

rede de comunicação *Radio Caracas Televisión*, RCTV, em dezembro de 2006), por meio da estratégia de diferenciar a Venezuela enquanto nação e governo de momento.

Saliente-se que a RCTV era a maior rede televisiva privada da Venezuela. Contudo, o governo venezuelano rejeitou sua concessão em dezembro de 2016, levando ao desligamento de seu sinal em maio de 2007. Em meio à disputa, o governo publicou o *Libro Blanco sobre RCTV*, documento em que justifica a não renovação por ser uma prerrogativa legal das autoridades, baseada na alegada falta de responsabilidade social da RCTV e afinidade com setores antidemocráticos. Acusou-se a rede de irregularidades, como estímulo à guerra civil e ao golpe de Estado, atentado contra o equilíbrio de poderes e formação de cartel econômico (Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007). Em verdade, a tensão com os meios de comunicação privados tradicionais foi elemento marcante dos anos de fortalecimento do chavismo no país.

A não renovação da concessão da RCTV ocorreu de maneira a permitir que a desqualificação política de Chávez não comprometesse a recomendação favorável ao Protocolo de Adesão. A lógica colocada foi a de que o ingresso venezuelano no bloco seria um gesto à nação venezuelana, enquanto que o governo chavista seria apenas passageiro. A opção estratégica e de longo prazo, portanto, seria a admissão de Caracas como o novo membro.

O Protocolo de Adesão acabou sendo aprovado em plenário do Senado Federal, em dezembro de 2009, ainda sob o governo Lula, e, naturalmente, houve o arrefecimento da discussão política em torno da admissão venezuelana. No entanto, a Venezuela voltaria ao debate público sob uma nova conjuntura política doméstica brasileira, com a troca de governo, em agosto de 2016, via a conclusão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A política externa de Michel Temer e de seus chanceleres José Serra e Aloysio Nunes – ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se opuseram à adesão venezuelana – marca uma importante virada.

O debate público passou então a girar em torno de outras controvérsias, quais sejam o impedimento de que Caracas assumisse a presidência rotativa do bloco em julho de 2016 (iniciativa brasileira à qual se juntaram os demais membros) pela alegada não incorporação de normas e sua suspensão do bloco pelo suposto descumprimento do compromisso democrático assumido no Protocolo de Ushuaia.

Apenas duas semanas após a posse do governo Michel Temer, o Ministério de Relações Exteriores publicou a nota 296 intitulada “Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da

Venezuela ao MERCOSUL”, na qual o elemento técnico do discurso crítico à Venezuela é invocado pela suposta falta de incorporação das normas e acordos previstos no Protocolo de Adesão por parte de Caracas. A nota também alerta à possibilidade da tomada de medidas jurídicas diante da situação (Ministério das Relações Exteriores, 2016a).

Estas medidas seriam a reação a um descumprimento qualificado como unilateral, o que indica a rejeição do posicionamento oficial anterior (de que um governo temporariamente problemático não comprometeria o potencial da incorporação venezuelana) via a responsabilização ao governo venezuelano (liderado no momento pelo sucessor e indicado direto de Chávez, Nicolás Maduro) pelas problemáticas de sua participação plena no bloco.

Este mesmo discurso foi reproduzido após um mês, em 13 de setembro de 2016, com a definitiva não transferência da presidência do MERCOSUL a Caracas, pela nota informativa 337, assinada pelo chanceler José Serra. A novidade do documento foi um novo alerta, qual seja, a suspensão não somente da presidência, mas também da participação ativa no bloco se o cumprimento de normas não estivesse concluído até o dia primeiro de dezembro de 2016 (Ministério das Relações Exteriores, 2016b). O alerta foi efetivado e a Venezuela sofreu sua primeira suspensão, em 2 de dezembro de 2016.

O caráter técnico do discurso incumbente, em 2016, daria lugar, no ano seguinte, a um elemento político com uma nova rodada de sanções a Venezuela, justificada pela suposta inobservância dos compromissos democráticos previstos no Protocolo de Ushuaia (Ministério das Relações Exteriores, 2017a). Após a realização da assembleia constituinte venezuelana de 2017, que marginalizou o parlamento venezuelano (dominado pela oposição), os demais países membros do MERCOSUL constataram o rompimento da ordem democrática na Venezuela. Em suma, este segundo momento do posicionamento brasileiro em relação a Caracas presencia uma virada e reedita o embate discursivo e ideológico observado na ocasião da entrada venezuelana com a estratégia discursiva de desqualificação técnica e político-democrática do governo venezuelano.

Estando descritos os distintos discursos políticos, é possível progredir para a análise do *corpus* de editoriais dos veículos de imprensa selecionados para, posteriormente, aferir o tipo de relação discursiva (e política) que estes travaram com os governos de momento.

3. O discurso editorial para a Venezuela no MERCOSUL e sua relação o discurso oficial

Como a hipótese do contrapoder se refere a um posicionamento de supervisão crítica pela imprensa, enquanto agente político diante dos incumbentes, a alternativa a este posicionamento seria o alinhamento da imprensa a correntes políticas particulares e o favorecimento de governos ideologicamente alinhados em detrimento daqueles não alinhados.

Considerando as duas conjunturas políticas detalhadas anteriormente, a primeira favorável e a segunda desfavorável a Caracas, a rejeição da hipótese do contrapoder implica na não verificação de posicionamento crítico do discurso editorial em alguma ou nenhuma das duas distintas conjunturas, indicando um alinhamento particular a determinada corrente político-ideológica e o favorecimento das medidas do governo correspondente. Alternativamente, não rejeição da hipótese implica em um discurso editorial crítico em ambas as conjunturas, revelando a predominância da ideologia da imprensa enquanto contrapoder, agente de supervisão.

Como detalhado no Quadro 2, o *corpus* considerado para a avaliação do discurso editorial abrange todos os editoriais dos jornais “Folha de S. Paulo”, “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” sobre a participação venezuelana no MERCOSUL (desconsideram-se outros temas sobre o bloco e sobre a Venezuela), entre 2006 e 2017. A seleção alcançou 20 editoriais, como detalhado abaixo.

Quadro 02: *Corpus* 2: editoriais por jornal

Editorial	Jornal	Data	Referência no texto
Pés de barro	Folha de S. Paulo	06/07/2006	F1
A última de Chávez	Folha de S. Paulo	05/07/2007	F2
O melhor é dizer não	Folha de S. Paulo	25/11/2007	F3
Convite ao tumulto	Folha de S. Paulo	30/10/2009	F4
Sem rumo no MERCOSUL	Folha de S. Paulo	02/08/2012	F5
Impasse no MERCOSUL	Folha de S. Paulo	12/07/2016	F6
Novo tom do MERCOSUL	Folha de S. Paulo	16/09/2016	F7
Democracia não é	Folha de S. Paulo	01/04/2017	F8
O MERCOSUL bolivariano	O Estado de S. Paulo	05/05/2009	E1
O desmonte do MERCOSUL	O Estado de S. Paulo	06/07/2012	E2
Um claro não a Maduro	O Estado de S. Paulo	16/08/2016	E3
MERCOSUL livre de Maduro	O Estado de S. Paulo	15/09/2016	E4
Uma chance para o MERCOSUL	O Estado de S. Paulo	21/10/2016	E5
A Venezuela e o MERCOSUL	O Estado de S. Paulo	03/12/2016	E6

MERCOSUL pune Maduro	O Estado de S. Paulo	08/08/2017	E7
Hora inadequada	O Globo	28/07/2006	G1
Desagregador	O Globo	04/05/2009	G2
Venezuela entra pela janela do MERCOSUL	O Globo	31/07/2012	G3
Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro	O Globo	07/07/2016	G4
MERCOSUL deve mesmo pressionar a Venezuela	O Globo	21/07/2016	G5

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos endereços eletrônicos dos jornais mencionados (Folha de S. Paulo, 2007a, b, 2009, 2016a, b, c, 2017; O Estado de S. Paulo, 2009, 2012, 2016a, b, c, d, 2017; O Globo (2016) e na Biblioteca do Senado (2006, 2009, 2012, 2016).

O primeiro periódico a ser avaliado foi a “Folha de S. Paulo”, que publicou, no período, oito editoriais focados na situação da Venezuela no MERCOSUL, dos quais cinco abordam o seu processo de adesão. Os editoriais F3, F4, e F5, publicados no período de tramitação do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional, refutam explicitamente o discurso oficial na tentativa deste de desconsiderar as problemáticas do sistema político venezuelano e focar a importância do comércio externo com o país caribenho.

Esta estratégia discursiva, o ponto de partida da argumentação do jornal, qualifica a posição brasileira para a Venezuela como “irrealista” e “míope” (Folha de S. Paulo, 2009), responsabilizando o então presidente Lula por isso e afirmando a cooptação das instituições venezuelanas pelo governo Chávez para invalidar a possibilidade discursiva de separação entre o Estado venezuelano e o “regime chavista”.

Outro aspecto interessante da rejeição ao discurso oficial diz respeito à noção de regionalismo que prevalece nesse discurso editorial, já que é pressuposta a validade das noções do regionalismo aberto (em detrimento do pós-hegemônico promovido pelo discurso oficial). Em F1, a “Folha de S. Paulo” argumenta pela pouca significância comercial da Venezuela e logo afirma que a entrada venezuelana aportaria, portanto, “pouco às dimensões simbólicas do MERCOSUL” (Folha de S. Paulo, 2006c). Esta visão de dimensão simbólica se ancora essencialmente na dimensão econômico-comercial, silenciando sobre a validade ou possibilidade de dimensões simbólicas associadas ao desenvolvimento regional, redução de desigualdades e relacionamento histórico com a Venezuela, que são elementos trazidos o debate pelo discurso oficial de Lula.

Assim como os editoriais da “Folha de S. Paulo”, os discursos de “O Estado de S. Paulo” também se valem de estratégias discursivas nas quais é possível identificar o diálogo crítico com o discurso incumbente. O periódico afirma que o suporte brasileiro à iniciativa foi resultado de “orientação [...] fantasiosa, alimentada por uma ilusão de liderança regional” (O Estado de S. Paulo, 2009) por parte de Lula, desqualificando a racionalidade da posição oficial. O editorial E6 também enquadra o ingresso venezuelano como “marco dessa catarata ideológica da chancelaria brasileira durante os governos Lula e Dilma Rousseff” (O Estado De S. Paulo, 2016a), ou seja, uma alegada ideologização indevida da política externa brasileira.

Importante notar que a responsabilização se estende a toda a esquerda regional, pois o “erro grave” do ingresso venezuelano teria sido “cometido em 2012 pelo Brasil, Argentina e Uruguai, então governados por presidentes de esquerda” (O Estado De S. Paulo, 2016b) e uma iniciativa marcada pelo “entulho petista e bolivariano acumulado em 13 anos”, “grotesco projeto de tintura terceiro-mundista” (O Estado De S. Paulo, 2016d) e “ranço petista-kirchnerista” (O Estado De S. Paulo, 2016a). Em comparação à “Folha de S. Paulo”, é perceptível que “O Estado de S. Paulo” explora os recursos de responsabilização mais predominantemente contra grupos políticos (de esquerda, no caso) que a indivíduos.

No caso de “O Globo”, tampouco houve aquiescência ao discurso oficial pró-Venezuela. Constrói-se uma crítica da administração Lula, segundo a qual o ingresso da Venezuela no MERCOSUL representaria ganhos econômicos singulares por conta de sua produção petrolífera, necessidade de importações e tamanho do PIB. Assim como no caso da “Folha de S. Paulo”, é notável que os ganhos simbólicos e estratégicos foram enquadrados apenas em sua dimensão comercial (em desconsideração ao regionalismo pós-hegemônico e valorização do regionalismo aberto). Para isso, ele privilegia na narrativa de enquadrar Chávez como expoente do radicalismo, do estatismo e do populismo, indo no sentido contrário da integração sul-americana (Biblioteca do Senado, 2009).

Outro elemento chave e comum aos outros periódicos é a acusação de ideologização da política externa. Em G1, a adesão da Venezuela seria apenas concebível por uma estratégia de política externa baseada em simpatias ideológicas que não no pragmatismo e racionalidade exigidos pela prática diplomática. A ideologização, colocada como necessariamente indevida, teria por efeito a abdicação da liderança regional por parte do Brasil, uma vez que Brasília seria um mero instrumento do chamado chavismo ou bolivarianismo chavista (Biblioteca do Senado, 2006). Uma distinção interessante de se

marcar neste aspecto da liderança brasileira entre “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” é o fato de o primeiro considerar esta liderança como algo ilusório (O Estado de S. Paulo, 2009), enquanto o segundo enxerga a liderança como algo em risco e, portanto, a considera como algo real. Ainda que esta distinção marque uma nuance entre os periódicos, a estratégia discursiva de ambos é norteadada pelo rechaço à Venezuela.

Em resumo, é evidente a oposição do discurso editorial de “Folha de S. Paulo”, “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” ao discurso incumbente no primeiro momento de postura pró-Venezuela. Apesar de diferenças pontuais, os jornais convergiram entre si ao pressupor o regionalismo aberto como ideal norteador do MERCOSUL e a acusação ideológica contra a política externa dos governos petistas.

Também houve o questionamento das credenciais democráticas venezuelanas e do próprio Chávez como elementos prejudiciais e desestabilizadores para o bloco. A análise do discurso editorial nesta primeira conjuntura mostrou uma relação discursiva de intenso conflito com o discurso incumbente, abrindo caminho para a análise da relação do discurso editorial com o oficial na segunda conjuntura pós *impeachment* da presidente Rousseff, em que o debate orbitava em torno das sanções a Caracas.

Apesar de haver sido contrária à adesão venezuelana, a “Folha de S. Paulo”, nos editoriais F6, F7 e F8, é crítica ao governo Temer pelas retaliações a Caracas. O jornal refuta a justificativa oficial do não cumprimento de normas do bloco, informando que o MERCOSUL apresentaria uma frouxa tradição de respeito estrito às regras e aos prazos por parte de seus membros fundadores, sendo a atitude contra a Venezuela um “precedente perigoso” (Folha de S. Paulo, 2016a).

A estratégia argumentativa da responsabilização pessoal contra Lula, utilizada no primeiro momento de conjuntura, retornou, nos editoriais F6 e F7, contra o chanceler José Serra. Enquanto o Itamaraty é elogiado por abandonar a “indulgência” (Folha de S. Paulo, 2016b) em relação à Venezuela, a responsabilização pela narrativa equivocada do não cumprimento dos prazos é atribuída a Serra em pessoa e, ainda, o acusa de estar motivado por ambições eleitorais e convicções ideológicas, já que o ministro “preferiu o motivo mais frágil para levar adiante o que parece ser sua prioridade regional: isolar a Venezuela” (Folha de S. Paulo, 2016b).

A acusação ideológica aqui retorna com outro alvo, que é a nova liderança diplomática brasileira. O jornal, que, durante o processo de adesão venezuelano, se colocou contra Lula, agora se coloca novamente em relação de conflito com os porta-vozes no governo, julgando-os também

ideologizados e que sanções seriam medidas contraproducentes que não contribuem para solucionar os problemas domésticos venezuelanos e promover uma transição. Para o jornal, ainda que “a proposta de Serra seja mais branda do que a paraguaia [...] ela se afasta da tradição do Itamaraty para o continente – de agir com discrição, buscar o consenso e se posicionar como mediador de conflitos” (Folha de S. Paulo, 2016a).

Contrariamente à “Folha”, “O Estado de S. Paulo” apresentou um discurso relativamente mais estável sobre o pertencimento da Venezuela ao MERCOSUL, colocando-se contra Caracas persistentemente ao longo dos editoriais, tanto na primeira como na segunda conjuntura. O descumprimento do cronograma de incorporação das normas do MERCOSUL, fator que embasou o discurso pragmático governista pelo impedimento da posse da Venezuela, como presidente rotativa do grupo e sua suspensão meses depois, é incorporado ao discurso editorial deste periódico na sua integralidade. O apoio ao discurso governista é acompanhado de citações elogiosas ao chanceler Serra pela iniciativa, atribuída a ele, de pressionar o governo venezuelano e suspendê-lo do bloco em função dos aspectos técnicos. A nova postura brasileira é qualificada como “firme” e importante para evitar o comprometimento do MERCOSUL pelo bolivarianismo (O Estado de S. Paulo, 2016d).

Outro elemento característico do discurso é o recurso às deficiências da democracia venezuelana, como sustentação para reiterar a tese de que o lugar da Venezuela não é no MERCOSUL, levando à afirmação de que a participação venezuelana no MERCOSUL geraria instabilidades e impasses adicionais na gestão do bloco (O Estado de S. Paulo, 2016a).

Para o veículo, “sobram razões, portanto, aos que se recusam a entregar a presidência do MERCOSUL ao simulacro de democracia hoje existente na Venezuela” (O Estado de S. Paulo, 2016c). Apoiar-se, portanto, o posicionamento oficial de suspensão da Venezuela pelos critérios democráticos previstos no Protocolo de Ushuaia. Tampouco neste aspecto a acusação ideológica é mobilizada contra o discurso governista e seus porta-vozes.

“O Estado de S. Paulo” retoma que, nos governos petistas, a meta de inserção comercial competitiva nos mercados globais (a base do regionalismo aberto) haveria sido substituída por um “grotesco projeto de tintura terceiro-mundista” de valorização do protecionismo e priorização de acordos comerciais com países do sul global (O Estado de S. Paulo, 2016d). Reafirmam-se mais uma vez as evidências de de “O Estado de S. Paulo” como um detrator do regionalismo pós-hegemônico de Lula (principalmente) e Rousseff.

Por sua vez, o jornal “O Globo”, mais uma vez, adotou um discurso semelhante ao do “O Estado de S. Paulo”. Assim como no caso deste, houve coerência no discurso contrário a Caracas da primeira e da segunda conjunturas. O lugar da Venezuela não seria no bloco e as sanções são justificadas pelos editoriais do periódico. Observa-se, no entanto, que os editoriais não se atrelam fortemente aos argumentos técnicos, já que a argumentação ocorre em torno do questionamento democrático do governo venezuelano.

A cláusula democrática é invocada como instrumento válido de pressão em favor do desenvolvimento do bloco. O governo do país é caracterizado como tendo “rasgos totalitários” (O Globo, 2016). Para o jornal, “[é] positivo que os principais sócios do MERCOSUL [...] se articulem para pressionar o governo de Maduro a avançar rumo à democracia plena [...] Sem cumprir esse compromisso básico, não há sequer razão para sustentar o atual regime venezuelano no MERCOSUL” (O Globo, 2016). Como visto, as sequências argumentativas de “O Globo” apresentam diversas semelhanças com as de “O Estado de S. Paulo” ao firmemente se oporem à participação venezuelana no MERCOSUL, partilhando entre si as diferenças em relação às da “Folha de S. Paulo”.

Conclusão

A análise anterior permitiu apreender os principais elementos dos discursos editoriais dos três jornais selecionados e marcar as relações discursivas travadas entre si e também com o discurso oficial nas duas conjunturas de política doméstica brasileira consideradas.

Primeiramente, importante apontar as semelhanças entre os três periódicos. O primeiro aspecto é a atividade interdiscursiva com o discurso oficial governista, seja o dos governos Lula ou Rousseff seja de Temer. Todos os três realizaram um diálogo altamente crítico em relação ao discurso dos governos do PT no primeiro momento de conjuntura, quando houve a admissão venezuelana. A separação entre a importância do comércio com a economia venezuelana dos malefícios do governo de Chávez e Maduro não foi aceita pelos periódicos. Também, houve crítica contra a alegada ideologização com viés de esquerda da política externa em detrimento de seu pragmatismo. Não foi admitida qualquer possibilidade de racionalidade associada à incorporação venezuelana. Junta-se a isso a predominância da noção de regionalismo aberto em detrimento daquele pós-hegemônico de Lula.

Apesar da convergência entre os jornais, em rechaçar a entrada venezuelana no MERCOSUL, as conclusões sobre as sanções foram distintas no caso da “Folha de S. Paulo”. Enquanto “O Estado de

S. Paulo” e “O Globo” se mantiveram firmes, rechaçando qualquer mérito na participação venezuelana no bloco (defendendo tanto a não incorporação como as sanções), a “Folha de S. Paulo” rejeitou as sanções por elas representarem uma ideologização em sentido invertido ao dos governos petistas.

Isso implica que a “Folha de S. Paulo” foi, por consequência, o único veículo crítico ao posicionamento oficial do governo brasileiro, seja qual fosse sua vertente política. Não se deixa de notar, no entanto, que isto não significou a adesão ao regionalismo pós-hegemônico defendido por Lula, tendo sido outras as estratégias de refutação. Em suma, o discurso editorial pode ser sumarizado como indicado no Quadro 03.

Quadro 03: Elementos do discurso editorial por jornal

Elemento	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo
Adesão ao discurso governista na primeira conjuntura (Lula e Rousseff)	o Nã	Não	o Nã
Adesão ao discurso governista na segunda conjuntura (Temer)	o Nã	Sim	Sim
Deficiências democráticas venezuelanas	Sim	Sim	Sim
Ganhos econômicos comprometidos pela participação venezuelana	Sim	Sim	Sim
Descumprimento do prazo para incorporação de normas	o Nã	Sim	o Nã
Favorável à Venezuela: entrada no MERCOSUL	o Nã	Não	o Nã
Favorável à Venezuela: sanções no MERCOSUL	o Nã	Sim	Sim
Persistência da crítica ao discurso oficial em diferentes conjunturas	Sim	Não	o Nã

Fonte: Elaboração do autor.

A hipótese de pesquisa do contrapoder implica na expectativa de que a imprensa se coloque diante do poder incumbente em posição de supervisão crítica. Discursivamente, isto pode ser traduzido como a expectativa de que a relação interdiscursiva entre o discurso editorial e o discurso político incumbente seja marcada pelo questionamento daquele sobre este, o que seria a manifestação discursiva do contrapoder enquanto ideologia própria da imprensa.

Espera-se, da postura do contrapoder, a permanência do discurso crítico diante das mudanças de conjuntura e do discurso político incumbente. Caso contrário, a crítica, em uma primeira conjuntura seria, na verdade, o uso instrumental de uma identidade de imparcialidade para, na verdade, relegar a ideologia do contrapoder a segundo plano, em benefício de um campo ideológico e discursivo particular no debate político.

O interdiscurso verificado na análise apontou, efetivamente, a relação de refutação do discurso governista na primeira conjuntura, em que os governos do PT promoveram a entrada da Venezuela no MERCOSUL. No entanto, o padrão interdiscursivo é distinto quando a posição contrária à Venezuela e ao regionalismo pós-hegemônico assume o governismo. “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” silenciam suas críticas e reiteram o posicionamento oficial, demonstrando que a ideologia do contrapoder não se sobrepõe à sua fidelidade à ideologia do regionalismo aberto e da postura, em geral, contrário à esquerda.

“A Folha de S. Paulo”, por sua vez, é o único jornal a questionar o discurso governista também na segunda conjuntura. Isto evidencia um fator de diversidade na grande imprensa brasileira e de seu discurso editorial, já que a “Folha” mobiliza elementos ideológicos do regionalismo aberto com o fim de se constituir porta-voz do contrapoder.

Estas características revelam que elementos ideológicos do discurso político pró-regionalismo aberto (por vezes, contrário à esquerda) estão no cerne da constituição discursiva dos editoriais e sua permanência após mudanças no discurso governista revela a subordinação da formação discursiva e ideológica do contrapoder a um alinhamento com ideologias externas àquele que a imprensa atribui a si própria de imparcialidade e supervisão.

As ideologias do debate político cumprem seu papel, ao ser os filtros pelos quais conceitos, como regionalismo, adquirem sentidos e implicações semânticas específicas assumidas pelos enunciadores, atribuindo-lhes valor de verdade. Isto equivale a dizer que a ideologia do regionalismo aberto é exitosa ao prevalecer na disputa política pela linguagem na arena editorial – exitosa tanto em relação à ideologia do regionalismo pós-hegemônico (nos três periódicos) como em relação a do contrapoder (em “O Estado de S. Paulo” e “O Globo”).

Em suma, o padrão interdiscursivo apontando entre os discursos políticos e o discurso editorial da grande imprensa brasileira e as manifestações ideológicas no discurso da última permitem a rejeição da hipótese da prevalência da ideologia do contrapoder para o caso da política externa brasileira

voltada à participação da Venezuela ao MERCOSUL no caso específico de “O Estado de S. Paulo” e “O Globo”.

A “Folha de S. Paulo” é único veículo que apresenta um padrão de posicionamento distinto, por refutar o discurso governista na primeira conjuntura e também o fazer (em parte) na segunda. Este veículo reafirma seu alinhamento à corrente ideológica do regionalismo aberto (em detrimento do pós-hegemônico) mobilizando seus elementos diferentemente nas duas conjunturas, para se colocar em uma posição adversária em ambas e manifestar, da sua forma, o contrapoder.

A rejeição do contrapoder, nos casos de “O Estado de S. Paulo” e “O Globo”, e a fidelidade da “Folha de S. Paulo” ao regionalismo aberto (ainda que se opondo ao governismo em ambas as conjunturas) significam reconhecer a localização da grande imprensa como mais uma porta-voz interpelada pelas ideologias do debate político em torno do regionalismo e da Venezuela no MERCOSUL (no lugar de porta-voz da ideologia do contrapoder que atribui si própria), uma vez que os veículos se colocam como agentes da disputa por valores e significados relacionados à própria identidade do bloco, abrindo caminho a uma nova via de questionamento dos limites da imparcialidade no discurso da imprensa.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. (2000). Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, 4: 23-57.
- ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. (2007). Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, 6 (10): 153-172.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. (2015). **Os maiores jornais do Brasil em circulação paga por ano**. Disponível em: [<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>]. Acesso: 15/01/2016.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (2004). **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- BIBLIOTECA DO SENADO. (2006). **Hora inadequada**. Disponível em: [<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/401694/noticia.htm?sequence=1>]. Acesso: 12/12/2016.
- BIBLIOTECA DO SENADO. (2009). **Desagregador**. Disponível em: [<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/410321/noticia.htm?sequence=1>]. Acesso: 12/12/2016.
- BIBLIOTECA DO SENADO. (2012). **Venezuela entra pela janela no MERCOSUL**. Disponível em: [<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/433295/noticia.htm?sequence=1>]. Acesso: 12/12/2016.

- BIBLIOTECA DO SENADO. (2016). **MERCOSUL deve mesmo pressionar a Venezuela**. Disponível em: [<http://oglobo.globo.com/opiniao/MERCOSUL-deve-mesmo-pressionar-venezuela-19754623>]. Acesso: 12/12/2016.
- CASARÕES, Guilherme S. P. (2012). A mídia e a política externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, 1 (2): 211-236.
- CHARAUDEAU, Patrick. (2015). **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto.
- CORRÊA, Isabela F. (2015). **Um estudo sobre a evolução do MERCOSUL: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico**. Tese de Doutorado em Integração da América Latina apresentada à Universidade de São Paulo (Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luís Chaves Feijó).
- COURTINE, Jean-Jacques. (1982). Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques**, 9 (2): 239-264.
- FARIA, Carlos A. P. de. (2008). Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2): 80-97. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292008000200006>
- FERES, J., et al. (2015). Testando a hipótese do contrapoder: a cobertura das eleições de 1998 e 2014. **In VI Congresso da COMPOLÍTICA**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1-23.
- FOLHA DE S. PAULO. (2007a). **A última de Chávez**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0507200702.htm>]. Acesso: 12/12/2016.
- FOLHA DE S. PAULO. (2007b). **O melhor é dizer não**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2511200701.htm>]. Acesso: 12/12/2016.
- FOLHA DE S. PAULO. (2009). **Convite ao tumulto**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3010200901.htm>]. Acesso: 12/12/2016.
- FOLHA DE S. PAULO. (2016a). **Impasse no MERCOSUL**. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/07/1790756-impasse-no-MERCOSUL.shtml#=_]. Acesso: 12/12/2016.
- FOLHA DE S. PAULO. (2016b). **Novo tom no MERCOSUL**. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1813770-novo-tom-do-mercosul.shtml>]. Acesso: 12/12/2016.
- FOLHA DE S. PAULO. (2016c). **Pés de barro**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0607200601.htm>]. Acesso: 12/12/2016.
- FOLHA DE S. PAULO. (2017). **Democracia não é**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/04/1871769-democracia-nao-e.shtml>]. Acesso: 18/01/2018.
- GITLIN, Todd. (1980). **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley: University of California Press.
- IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. (1987). **News that matters: television and American opinion**. Chicago: University of Chicago Press.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1996). **Les termes clés de l'analyse du discours**. Paris: Le Seuil.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2015). **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola.

- MARIANO, Karina L. P. (2015). **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do MERCOSUL**. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. (1972). The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, 36 (2): 176-187. <http://dx.doi.org/10.1086/267990>
- MELO, José M. (2003). **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. (2013). Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, 35 (1): 11-41.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2016a). **Nota 296. Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: [<https://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/69-america-do-sul/mercado-comum-do-sul-mercosul/184-estado-da-implementacao-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul>] Acesso: 13/04/2022.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2016b). **Nota 337. Aprovação da “Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela”**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: [<https://diplomattizando.blogspot.com/2016/09/mercosul-venezuela-suspensa-de-fato-em.html>]. Acesso: 13/04/2022.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2017a). **Nota 255. Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico] Acesso: 13/04/2022.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2017b). **Nota 262. Venezuela: o MERCOSUL rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17155-venezuela-o-MERCOSUL-rejeita-o-uso-da-forca-para-restabelecer-a-ordem-democratica>] Acesso: 13/04/2022.
- MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. (2007). **Libro Blanco sobre RCTV**. Caracas: República Bolivariana de Venezuela.
- O ESTADO DE S. PAULO. (2009). **O MERCOSUL Bolivariano**. Disponível em: [<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,MERCOSUL-bolivariano,365489>]. Acesso: 12/12/2016.
- O ESTADO DE S. PAULO. (2012). **O desmonte do MERCOSUL**. Disponível em: [<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-desmonte-do-MERCOSUL-imp-,896656>] Acesso: 12/12/2016.
- O ESTADO DE S. PAULO. (2016a). **A Venezuela e o MERCOSUL**. Disponível em: [<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,a-venezuela-e-o-MERCOSUL,10000092240>]. Acesso: 12/12/2016.
- O ESTADO DE S. PAULO. (2016b). **MERCOSUL livre de Maduro**. Disponível em: [<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,MERCOSUL-livre-de-maduro,10000076081>]. Acesso: 12/12/2016.

- O ESTADO DE S. PAULO. (2016c). **Um claro não a Maduro**. Disponível em: [<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,um-claro-nao-a-maduro,10000069725>]. Acesso: 12/12/2016.
- O ESTADO DE S. PAULO. (2016d). **Uma chance para o MERCOSUL**. Disponível em: [<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-chance-para-o-MERCOSUL,10000083451>]. Acesso: 12/12/2016.
- O ESTADO DE S. PAULO. (2017). **MERCOSUL Pune Maduro**. Disponível em: [<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,MERCOSUL-pune-maduro,70001927645>]. Acesso: 25/03/2018.
- O GLOBO. (2016). **Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro**. Disponível em: [<https://oglobo.globo.com/opinioao/brasil-argentina-aumentam-pressao-sobre-maduro-19658566>]. Acesso: 12/12/2016.
- PÊCHEUX, Michel (1990). A análise de discurso: três épocas (1983). In GADET, F; HAK, T. (ed.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 311-319.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. **Langages**, 37: 7-80.
- PHILLIPS, Nicola. (2003). The rise and fall of open regionalism? Comparative reflections on regional governance in the Southern Cone of Latin America. **Third World Quarterly**, 24 (2): 217-234. <http://dx.doi.org/10.1080/0143659032000074565>
- PODER EXECUTIVO. (2007). **MSC 82/2007**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: [<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=342581&ord=1>] Acesso: 03/03/2018.
- RUBIM, Albino; COLLING, Leandro. (2006). Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. **Política & Sociedade**, 10: 173-193.
- SANAHUJA, José A. (2009). Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. **Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe**, 7: 12-54.
- SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSURY, David. (2007). Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models. **Journal of communication**, 57(1):9-20. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0021-9916.2007.00326.x>
- SOROKA, Stuart, et al. (2012). Mass media and policymaking. In ARARAL, E., et al. (ed.). **Routledge handbook of the policy process**. Londres: Routledge, 204-214.
- TRAQUINA, Nelson (2012). **Teorias do Jornalismo porque as notícias são porque são**. Florianópolis: Editora Insular.
- TUCHMAN, Gaye (1978). **Making news: a study in the construction of reality**. Nova Iorque: Free Press.